



ÁSIA/INDONÉSIA - Político cristão: “Remover a religião das carteiras de identidade”

Jakarta (Agência Fides) – Chegou a hora de remover a indicação de crença religiosa das carteiras de identidade na Indonésia: esta é a proposta de Basuki Tjahaja Purnama, político cristão que ocupa o importante papel de vice-governador do distrito da capital, Jakarta. Como informado à Fides, a proposta suscitou no país um amplo debate, pois toca um “tabu”: na nação, os cidadãos são obrigados a aderir a uma das cinco religiões reconhecidas (islã, cristianismo, hinduísmo, budismo ou confucionismo) e a indicação deve constar no documento de identidade. Alguns estudiosos notam também que a obrigação de optar por uma das cinco religiões reconhecidas induziu milhões de indonésios – espalhados por 17 mil ilhas em um arquipélago vasto e plural – a definir-se oficialmente “muçulmanos”, enquanto na realidade seguem e praticam cultos tradicionais, indígenas ou ancestrais. Eliminar a obrigatoriedade poderia contribuir para redefinir o perfil religioso da nação indonésia hoje. O vice-governador, Tjahaja Purnama, cristão de etnia chinesa, nativo de Sumatra do Sul, nos meses passados foi contestado por alas islâmicas que se recusavam a se submeter a um funcionário de religião cristã. O governador de Jakarta, Joko Widodo, encerrou a polêmica afirmando tê-lo escolhido com base em seus “méritos” para assumir as competências de assuntos religiosos islâmicos.

“Se a tolerância é a chave da liberdade religiosa – explicou Basuki Tjahaja Purnama – para o crescimento futuro da Indonésia será preciso coragem e modificar uma norma já ultrapassada”. Removendo-a, pode-se garantir a igualdade e eliminar as discriminações que frequentemente sofrem os cidadãos não-muçulmanos, inclusive em escolas e em empregos públicos.

Alguns líderes muçulmanos expressaram parecer contrário: segundo Tubagus Robbyansyah, presidente da seção de Jakarta da organização islâmica “Nahdlatul Ulama”, “todos os cidadãos indonésios têm o direito de declarar sua religião, e, conhecendo a religião de cada um, poderemos ser tolerantes”. Também o vice-ministro federal de Assuntos Religiosos, Nasaruddin Umar, disse que “manter a indicação de crença na carteira de identidade dos cidadãos é importante, por exemplo, para impedir os matrimônios inter-religiosos ilegais”. (PA) (Agência Fides 4/1/2014)